

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO - CONTROLO FINANCEIRO

TÍTULO DO TRABALHO

**“Aplicação da Contabilidade Ambiental numa Empresa de Conservas – Frescomar”**

**Aluno:**

Carla Maria da Cruz Nascimento Santos – N° 09-809

**Mindelo, 12 de Maio de 2014**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO - CONTROLO FINANCEIRO**

**TÍTULO DO TRABALHO**

**“Aplicação da Contabilidade Ambiental numa Empresa de Conservas – Frescomar”**

**Aluno:**

Carla Maria da Cruz Nascimento Santos - N° 09-809

**ORIENTADOR:** Dr. Adelino Fonseca

**Mindelo, 12 de Maio de 2014**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família pelo apoio e incentivo de sempre, fazendo com que as dificuldades encontradas fossem ultrapassadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, me apoiaram na elaboração deste trabalho, contribuindo para que os meus objectivos fossem passíveis de serem atingidos.

Assim, expresso os meus sinceros agradecimentos:

Ao professor orientador deste trabalho, Dr. Adelino Fonseca, pela disponibilidade demonstrada, apoio, contribuições e esclarecimentos sempre que necessários.

A Frescomar SA, pela autorização e cedência dos documentos de apoio na elaboração do trabalho. De forma particular a Dr<sup>a</sup> Mirna Ramos cedência dos documentos contabilísticos, aos Srs Manuel Monteiro e José Paulo pelo fornecimento de informações não contabilísticas e disponibilidade durante o período da elaboração do trabalho

A todos aqueles que, embora não referenciados, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

## RESUMO ANALÍTICO

A cada dia, o mercado encontra-se mais aberto e competitivo fazendo com que a preocupação das entidades com o meio ambiente altere profundamente a forma de administrar, uma vez que os recursos são esgotáveis. Assim, a Contabilidade Ambiental tornou-se uma aliada das entidades, proporcionando-as a possibilidade de manter os seus processos produtivos e os impactos ambientais sobre controlo, através da incorporação de procedimentos como a reciclagem de materiais, redução de emissão de efluentes líquidos e gasosos e análise do ciclo de vida dos produtos.

As entidades, especialmente as indústrias, terão que investir em novas tecnologias de forma a produzirem bens amigos do ambiente.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objectivo demonstrar a importância da aplicação da contabilidade ambiental numa indústria e como a gestão dos resíduos pode reduzir os impactos ambientais das actividades da entidade no ambiente.

Iniciamos o trabalho contextualizando o tema Contabilidade Ambiental com a definição e justificação do problema. De seguida, apresentamos uma revisão bibliográfica onde abordamos a perspectiva histórica, os conceitos de Contabilidade Ambiental, a Sustentabilidade das entidades e o seu relato.

Fizemos um estudo de caso na Frescomar SA, Empresa Nacional de Transformação e Conservação de Produtos do Mar. Analisamos os documentos facultados pela empresa de forma a conhecer a importância e o tratamento dado às questões ambientais.

Quanto à metodologia baseamos na revisão bibliográfica, análise dos documentos fornecidos pela empresa e entrevistas não estruturadas com alguns colaboradores, de forma a podermos tirar as conclusões.

**Palavras-chave:** Contabilidade Ambiental, Impactos Ambientais, Sustentabilidade, Ambiente.

## **ABSTRACT**

The market is getting more competitive and is continuously opening up in these modern times, with Government entities and others getting more conscious about the environmental issues. The awareness to environmental issues and the reduction on the stocks of natural resources is transforming the way business in general is managed.

The environmental accounting has become an allied of the entities, helping in the control of the production process and the environmental impacts.

This is achieved through the introduction of recycling procedures, reduction of fluid and gaseous emission and analyses of products live cycles.

The entities, especially the industrial ones, have to invest in new technologies that are nature friendly.

That said, the present essay has the goal to demonstrate the importance of using environmental accounting in the industry as a way to better manage and reduce the negative impact of residues from the entities activities.

We started this written work or essay with the contextualization of the concept of Environmental Accounting, with the definition and justification of the concept, followed by a bibliographic revision where we presented the historic perspective, the concept of environmental accounting, the entities sustainability and its transcription.

We studied the case of Frescomar SA, Empresa Nacional de Transformação e Conservação de Produtos do Mar, analyzing the documents supplied by the company in order for us to know the importance and the way they deal with the environmental issues.

The methodology was based on the bibliographic review, supplied document analysis and non-structured interviews with collaborators from the company as a way to reach a conclusion for this work.

**Keywords:** Environmental Accounting, Environment Impacts, Sustainability, Environment.

# Índice

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO ANALÍTICO.....	III
ABSTRACT .....	IV
GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS.....	VII
LISTA DE QUADROS .....	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
1.1- Conceito da Contabilidade Ambiental .....	5
1.2- Histórico e Evolução da Contabilidade Ambiental.....	7
1.3- Importância da Contabilidade Ambiental.....	9
1.4 – A Responsabilidade Social das Entidades.....	10
1.5- Vantagens e limitações da Contabilidade Ambiental.....	14
1.6- Normativo contabilístico sobre matérias ambientais .....	15
1.7- Organizações/ Entidades ambientais.....	19
1.7.1- GRI- <i>Global Reporting Initiative</i> .....	19
1.7.2 - WBCSD – <i>World Business Council for Sustainable Development</i> .....	20
2- A LEGISLAÇÃO NACIONAL RELATIVA A QUESTÕES AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	22
2.1 – Entidades com Responsabilidade Ambiental em Cabo Verde .....	22
2.2 – Aspectos Relevantes da Legislação Nacional .....	23
3- A HARMONIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA RELACIONADA COM MATÉRIAS AMBIENTAIS .....	25
3.1 – A harmonização contabilística internacional e as matérias ambientais.....	25
3.2 – A Normalização Contabilística Nacional .....	26
3.2.1 – O período PNC e as matérias ambientais .....	26
3.2.2 – O período SNCRF e as matérias ambientais .....	26
3.3 – O recurso a normas internacionais para o tratamento de questões de natureza ambiental .....	27
4- ESTUDO DO CASO FRESCOMAR, SA .....	28
4.1 – Metodologia específica para o estudo do caso .....	28
4.2 – Apresentação da empresa .....	28

4.3- Os principais impactos ambientais decorrentes da exploração da empresa.....	32
4.4 – Os resíduos de exploração e o tratamento ao longo dos tempos .....	32
4.5- A Empresa e o Sistema de Informação Ambiental .....	34
4.6 – Identificação de activos, passivos, rendimentos e gastos ambientais na empresa.....	36
4.7 – Impacto económico e financeiro das matérias ambientais na empresa .....	38
4.8 - Principais conclusões e recomendações do estudo do caso .....	38
5- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	39
6– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## **GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS**

AG - Assembleia Geral

BCSD - *Business Council for Sustainable Development*

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economics*

DF – Demonstrações Financeiras

DGA – Direcção Geral do Ambiente

DL - Decreto-lei

EUA – Estados Unidos da América

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

GEE - Gases com Efeito Estufa

GRI - *Global Reporting Initiative*

HACCP - *Hazard Analysis and Critical Control Point*

IASB - *International Accounting Standard Board*

ISAR - *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*

ISO – *International Organization for Standardization*

NCRF- Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

NIRF - Normas Internacionais de Relato Financeiro

OIT – Organização Mundial do Trabalho

ONG – Organizações não-governamentais

PNC - Plano Nacional Contas

PNEA – Plano Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SA – Sociedade Anónima

SEC - *Securities Exchange Commission*

SEPA - Secretariado Executivo para o Ambiente

SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Balanço Resumido Comparado de 2010, 2011 e 2012 .....	31
Quadro 2 - Demonstração de Resultados Resumido dos anos 2010, 2011 e 2012.....	31
Quadro 3 – Perda diária de água no processo de esterilização.....	34
Quadro 4 - Cálculo da Provisão para o desmantelamento da fábrica.....	37
Quadro 5 – Provisão para desmantelamento da fábrica .....	37

## INTRODUÇÃO

A revolução agrícola que aconteceu há 12.000 anos foi o primeiro marco de mudança no nosso planeta. Até essa data, os seres humanos eram nómadas viviam em pequenas tribos e extraíam da natureza apenas o que precisavam para a sua subsistência.

Com a revolução agrícola os seres humanos sedentarizarão, logo apareceu as primeiras cidades e as florestas começaram a desaparecer. A população mundial começou a crescer a um ritmo acelerado, gerando mais pobreza, degradação dos recursos naturais tais como água, solo e as florestas.

Ao longo das últimas décadas a emissão de gases com efeito estufa para a atmosfera aumenta a cada dia levando ao aumento da temperatura da Terra e conseqüentemente o degelo e a subida do nível das águas dos mares e estragos em muitos países.

A revolução industrial foi o 2º marco de mudança no planeta em que o homem começou a ser substituído pelas máquinas levando ao aumento da produção e conseqüentemente o crescimento económico.

O crescimento económico ocorreu de forma não sustentada porque as entidades investiam em fontes de energias não renováveis contribuindo para a escassez dos recursos naturais.

Cabo Verde é um país de fracos recursos naturais, por isso têm que buscar caminhos competitivos para a sua inserção no mercado global. Os principais problemas do arquipélago são resultantes de uma gestão ambiental deficiente dos recursos naturais (solo, água, vegetação entre outros) e das mudanças climáticas. Esses problemas resultem, principalmente, da falta de consciencialização dos utentes sobre a utilização destes recursos. Existe ainda a falta da fiscalização da legislação existente.

Sendo assim, pretende-se trabalhar o tema Aplicação da Contabilidade Ambiental na Frescomar, focalizando no reaproveitamento dos resíduos e conseqüentemente a criação de valor para os accionistas da empresa e contribuindo para melhorar a sua actividade.

## **Justificação do tema**

Com a globalização e o acesso às informações os consumidores estão cada vez mais informados sobre os problemas ambientais alterando-se assim as suas exigências em relação aos produtos consumidos. Passaram a preocupar-se com a composição dos produtos e a forma como são produzidos. Por estarem cada vez mais informados e igualmente mais predispostos a consumir produtos que respeitam o ambiente e que não põem em causa os recursos naturais e continuidade das espécies.

Além dos consumidores, temos os investidores que passaram a preocupar-se com a política interna das empresas e as suas responsabilidades sociais e consequências na sociedade, e ainda os governos que passaram a adoptar políticas severas contra quem polui e degrada o ambiente. A parte mais visível desta preocupação surge sob a forma de leis e normas que penalizem e sancionem os poluidores do ambiente sob diversas formas e condutas.

Sendo assim, a contabilidade ambiental torna-se uma ferramenta importante na identificação das oportunidades, na avaliação dos investimentos e passivos ambientais em qualquer indústria, de forma a ajudar na tomada de decisões por parte dos gestores, que não ponham em risco a continuidade da organização.

## **Objectivos do trabalho**

O presente trabalho tem como objectivo destacar a relevância da contabilidade ambiental nas organizações, demonstrando como os utilizadores da informação financeira podem utilizar essa ferramenta no apoio a gestão. E ainda, evidenciar as formas de reconhecer e mensurar os passivos ambientais.

## **Objectivos específicos**

- Mostrar como a gestão ambiental pode contribuir para a criação de oportunidades a entidade acrescentando valores, obtendo vantagens competitivas por reconhecimento dos *stakeholders*;

- Atenuar o impacto do processo produtivo no ambiente, otimizando a utilização dos recursos e reduzindo os custos devido ao reaproveitamento dos resíduos, demonstrar como a reciclagem, dos cartões provenientes das embalagens de latas vazias (empresa FRESCOMAR SA), pode produzir cartões que podem ser utilizadas na embalagem do produto acabado;
- Demonstrar como a construção de um Etar pode diminuir a produção de efluentes e conseqüentemente os custos com o consumo de água e eliminação do mau cheiro muito frequente na zona circundante;
- Descrever o processo de reciclagem dos produtos rejeitados durante o processo produtivo (empresa FRESCOMAR, SA) transformando-os em novos produtos.

## **Metodologia do trabalho**

A elaboração do trabalho apoiar-se-á em pesquisas bibliográficas que tratam do tema em estudo, por meio de consulta de livros, revistas, trabalhos científicos e *websites*.

Far-se-á ainda um estudo de caso, para auxiliar a compreensão desta problemática numa vertente prática. Para validar o estudo de caso adoptar-se-á a pesquisa documental, recorrendo a dados obtidos a partir das demonstrações financeiras durante 3 anos consecutivos, informações de natureza não contabilística recolhidas directamente na empresa Frescomar, entre outros.

Pretendemos acompanhar o processo produtivo e analisar as diversas actividades da empresa de forma a compreender o negócio na sua plenitude e identificar aspectos directamente relacionados com o ambiente e a sua preservação.

Podemos classificar a pesquisa quanto a natureza de exploratória, uma vez que proporciona o aumento do conhecimento sobre a contabilidade ambiental de forma ampla através da revisão da bibliográfica. A abordagem do estudo será qualitativa porque não exige a aplicação de métodos estatísticos, e com carácter descritivo porque pretende demonstrar com a reutilização dos resíduos pela entidade em estudo podem contribuir para a criação de valores e tornar-se uma empresa amiga do ambiente.

## **Estrutura do trabalho**

O presente trabalho encontra-se dividido em seis capítulos.

Inicia com uma introdução, onde faremos a contextualização do tema em estudo, de seguida apresentaremos a justificação do tema, o objectivo geral e os específicos e a metodologia do trabalho.

No segundo capítulo abordaremos o enquadramento teórico com a finalidade de explicar os principais conceitos relacionados com a contabilidade ambiental, a sua evolução, vantagens e normas ambientais.

O terceiro capítulo tratará da legislação nacional relativa a questões ambientais e responsabilidade social das entidades.

O quarto capítulo tratará da Harmonização e Normalização Contabilística relacionada com matérias ambientais.

No quinto capítulo efectuaremos um estudo de caso numa empresa de ramo alimentar. Abordaremos a metodologia específica, apresentação da empresa, os principais impactos ambientais decorrentes da exploração da empresa.

Identificaremos os resíduos de exploração e o tratamento ao longo dos tempos, a empresa e o sistema de informação ambiental.

Identificaremos os activos, passivos, rendimentos e gastos ambientais da empresa.

Abordaremos o impacto económico e financeiro das matérias ambientais na empresa, proposta de tratamento futuro e as principais conclusões e recomendações do estudo do caso.

No último capítulo tem-se as conclusões sobre o trabalho e as recomendações para estudos futuros.

# 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

## 1.1-Conceito da Contabilidade Ambiental

Nos últimos anos, as preocupações das entidades em relação a melhor forma de adequarem os seus processos produtivos com as questões ambientais vêm aumentando, pois a preservação do meio ambiente é o factor decisivo para a sua continuidade.

De salientar que, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro - NCRF 26 – Matérias Ambientais, “o termo ambiente refere-se ao meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis, como por exemplo os combustíveis fósseis e os minerais”.

Neste contexto, a Contabilidade Ambiental surge com o objectivo da contabilização dos benefícios ou prejuízos que surgem no momento do fabrico dos produtos, identificando e registando todos os acontecimentos ambientais que possam afectar ou sejam susceptíveis de afectar a posição financeira e os resultados da entidade, auxiliando os gestores na tomada de decisões, desde que a evidenciação dos dispêndios ambientais, os passivos e riscos ambientais e os activos ambientais sejam divulgados de forma fidedigna e transparente, uma vez que podem ter consequências na posição financeira.

Para Rocha (2010, p.433) “*a Contabilidade Ambiental tem como objectivo direccionar o sistema de informação adoptado pela contabilidade tradicional, para a mensuração e evidenciação aos utilizadores da informação contabilística do impacto ambiental no património das organizações e da conduta da empresa em relação ao meio ambiente*”.

A contabilidade ambiental produz informações específicas que auxiliam os Sistemas de Gestão Ambiental e os gestores na tomada de decisões, que não ponham em riscos os recursos naturais, pois, ao contrário do que se pensava, estes podem esgotar e os danos causados no meio ambiente podem ser irreversíveis.

Segundo a Organização das Nações Unidas (2001) “a contabilidade ambiental, ao reconhecer e avaliar os custos ambientais, permite aos gestores identificar oportunidades para poupar custos e obter rendimentos”.

Na sequência de várias campanhas de sensibilização para protecção do meio ambiente, actualmente, ocorreu uma mudança na mentalidade da sociedade em geral em relação a utilização sustentável dos recursos naturais, de modo que estes não se esgotem e ponham em risco as gerações futuras.

Gray et al. (1987) *apud* Calado (2011, p.15) definiu a contabilidade ambiental como “o processo de comunicação dos efeitos sociais e ambientais das acções económicas das empresas”.

Esta definição engloba dois aspectos importantes que são a obtenção de lucros e responsabilidade social e ambiental, ou seja, as entidades devem preocupar com a obtenção de lucro para os accionistas e sócios mais nunca esquecendo da responsabilidade social e ambiental.

Para Teixeira (2000, p.3) *apud* Roque (2012, p.11) “*a contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objecto do debate económico, político e social em todo o mundo*”.

A contabilidade ambiental desempenha um papel fundamental na gestão, pois concilia o controlo permanente do património da empresa com a conservação e preservação ambiental.

Segundo Lehman (1999,p.238) *apud* Eugénio (2011,p.5) “*a contabilidade social e ambiental aparece com um veículo que facilita a comunicação entre a comunidade e o desenvolvimento de oportunidades de mudança, criando condições democráticas para um desenvolvimento aberto, próximo e transparente*”.

A sociedade pode utilizar esta ferramenta porque ela não se preocupa apenas com o interesse dos accionistas e sócios na obtenção de lucros, mais também em demonstrar as acções responsabilidade social, ambiental e ética.

O governo também pode utilizá-la como um instrumento de planeamento.

A contabilidade ambiental mensura o património ambiental da entidade e com que eficiência é utilizada, fornecendo as informações económicas e financeiras sobre a protecção, preservação e recuperação ambiental.

A contabilidade ambiental, em termos, de gestão de resíduos potencializa grande poupança de custos uma vez que os custos afectos aos resíduos são fáceis de serem determinados e imputados aos produtos específicos. Os custos ambientais difíceis de determinar são aqueles relacionados com a responsabilidade social, imagem da entidade e custos legais.

Para Paiva (2003) *apud* Rocha (2011, p.2), “*a contabilidade ambiental pode ser compreendida como a actividade de identificação de dados e registo de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões*”.

Para Ferreira (2003) *apud* Rocha (2011, p.2), “*a contabilidade ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a informações que relatem adequadamente, em termos económicos, as acções ambientais de uma entidade que modifiquem seu património. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização*”.

Podemos definir a contabilidade ambiental como a identificação, mensuração e evidenciação do património ambiental das entidades, com o objectivo de fornecer aos usuários informações acerca dos acontecimentos ambientais que podem provocar alterações na posição económica e financeira.

## **1.2- Histórico e Evolução da Contabilidade Ambiental**

Com a escassez dos recursos naturais as entidades passaram a dar importância as questões ambientais, surgindo em 1970 a contabilidade ambiental quando apercebeu-se que os problemas ambientais são de responsabilidade de todos.

A consciencialização global sobre os problemas ambientais deu-se em 1972 com a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente ocorrida em Estocolmo<sup>1</sup>.

Qualquer acção de preservação ambiental deve passar primeiramente pela educação. Assim, em 1975 ocorreu um Seminário Internacional de Educação em Belgrado, em que participaram vários países e os resultados foram apresentados na Carta de Belgrado<sup>2</sup>, que pode ser resumido em qualidade de vida ligada à felicidade humana, preservação e melhoria das potencialidades humanas e desenvolvimento do bem-estar social e individual.

A consciencialização e o conhecimento ambiental podem contribuir para a população desenvolver atitudes correctas em relação ao ambiente de forma a garantir a perpetuação das espécies.

Para Maior (2003) *apud* Miranda (2009, p.1), a importância de implementação da contabilidade ambiental dentro das organizações ocorreu com a crise do petróleo, em 1974, quando os custos de exploração do produto aumentaram bruscamente devido a escassez do mesmo. Na altura as pessoas perceberam que a matéria-prima por ser um recurso natural não duraria para sempre se fosse mal explorada. A consciencialização foi reforçada quando o Clube de Roma, constituído por cientistas de todo mundo, divulgaram um relatório designado “Limites de Crescimento”, explicava que o planeta entraria em estado de emergência se as empresas e as pessoas continuassem a não preocupar e respeitar o meio ambiente.

Em 1988 realizou-se outra conferência em Estocolmo para debaterem os problemas ambientais, mais foi apenas em 1992, no Rio de Janeiro<sup>3</sup> que aconteceu a ECO 92 ou United Nations Conference on Environment and Development (Unced), em que os países participantes comprometeram-se em preocupar-se mais com o meio ambiente e onde os conceitos “ambientalmente correcto” e “desenvolvimento sustentável” ganharam destaque e passaram a ser empregues pelas sociedades e empresas no seu quotidiano. Deste encontro produziu-se a agenda 21, que é constituído por 4 partes e 40

---

<sup>1</sup>**Estocolmo:** é a capital e maior cidade da Suécia. Sede do governo

<sup>2</sup>**Belgrado:** é a capital da Sérvia

<sup>3</sup>**Rio de Janeiro:** Estado Federativo do Brasil

capítulos divididos por temas, e que serve de base das leis e planos dos governos a favor do meio ambiente.

Em 1997, no Japão, foi assinado o Protocolo de Quioto<sup>4</sup>, no qual foram estabelecidas metas para a redução de emissão de gases com efeito estufa para a atmosfera, que chocaram com as necessidades dos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, devido à necessidade de mudança na cultura de desenvolvimento económico e aos custos inerentes.

A contabilidade por ser uma ciência que por meio de recolha documental, lançamentos, registos e análises garante o controlo do património das empresas vem comprometendo-se em assumir responsabilidade social e ambiental relativo ao tratamento dos acontecimentos ambientais, pois estes fazem parte do património das entidades. Por isso, em Fevereiro de 1998 a contabilidade ambiental tornou-se num ramo da contabilidade com a conclusão do "relatório financeiro sobre passivos e custos ambientais" pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

### **1.3- Importância da Contabilidade Ambiental**

O homem durante muito tempo utilizou os recursos naturais do planeta de forma abusiva sem se preocupar com as consequências que isso teria no meio ambiente. Actualmente, as consequências desta falta de consciência são conhecidas por todos. Por isso, nos últimos anos, a temática da contabilidade ambiental vem sendo estudada cada vez mais, porque é fundamental a preservação do equilíbrio entre os aspectos económico, social e ambiental, de modo que o planeta consiga regenerar-se, ou seja deve ocorrer o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>4</sup> Quioto: Cidade Japonesa

Segundo Bruntland (1987) *apud* Eugénio (2011, p.8) “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades”.

Assim, as empresas por terem de assumir as suas responsabilidades ambientais e sociais passaram a funcionar com estratégias de longo prazo, que conciliam a utilização dos recursos naturais com a responsabilidade onde assumem posições que tragam benefícios para o ambiente.

Neste contexto, a contabilidade ambiental torna-se numa ferramenta fundamental para os gestores, por fornecer informações importantes para a sua gestão quotidiana, e também auxiliar no planeamento de longo prazo.

Na óptica dos custos, a contabilidade ambiental permite identificar os custos ambientais que estão incorporados nos gastos gerais e oportunidades de compensar estes custos através da venda de resíduos valorizáveis, de novas tecnologias que podem reduzi-las ou eliminá-las através da adopção de estratégias eficientes, contribuindo para a melhoria do desempenho da entidade.

O conhecimento de dados ambientais permite as entidades definir melhores políticas de investimento.

A entidade deve ter como estratégia a realização de investimentos que estejam adequados com o meio ambiente. Essas estratégias para serem eficientes a entidade deve estar atenta às transformações que podem acontecer no mercado e na sociedade em geral.

As contribuições da contabilidade ambiental permitem o crescimento e desenvolvimento sustentável das entidades.

#### **1.4 – A Responsabilidade Social das Entidades**

Nas últimas décadas, a preocupação por parte das entidades pela temática da responsabilidade social vem aumentando, de forma que, actualmente, a criação de

valores para os accionistas deixou de ser o objectivo único das organizações, passando, também, a ter um outro que é responsabilidade social.

EUA, na década de 30 do século XX, foi o pioneiro a preocupar-se com questões sociais. As primeiras definições sobre responsabilidade social começaram a surgir na década de 50 e esta era tida como a obrigação dos empresários com a sociedade.

Existe duas posições opostas que defendem a temática da responsabilidade social.

Uma delas, defendida por Friedman (1970) *apud* Rocha (2010, p.249) que segundo ele, “*a responsabilidade social da empresa resume-se ao aumento dos seus lucros. Utilizar os seus recursos e empenhar-se em actividades destinadas ao aumento dos seus lucros, desde que respeite as regras do jogo, quer dizer as regras de uma competição aberta e livre sem logro ou fraude*”.

Segundo esta posição, a responsabilidade social é um custo e a função da organização é a produção, por conseguinte, a criação de valores para os accionistas.

Em contrapartida, a segunda posição defende que as organizações devem ter responsabilidades em relação a todos os aspectos, sejam elas, económicos, sociais e ambientais. Logo, para eles, a responsabilidade é um investimento estratégico para o futuro e não um custo, em que a organização deve desenvolver de forma sustentável, não cumprindo apenas com o previsto nas leis.

Na década de 80 cresceram as preocupações com os problemas ambientais devido ao acidente nuclear de Chernobyl e a destruição progressiva da camada de ozono e as organizações começaram a tomar consciência da sua responsabilidade social. Apesar de, o primeiro objectivo da organização ser é a criação de valores para os accionistas, aquela pode em simultâneo cumprir os objectivos sociais e ambientais via a integração da responsabilidade social, aumentando a sua competitividade e valorizando a sua imagem.

O conceito de responsabilidade social foi desenvolvida para auxiliar as organizações, e segundo Rocha (2010, p. 278) “*é um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo*”.

Ao longo dos anos, este conceito tem evoluído, pois, passou a conciliar a responsabilidade económica com o desenvolvimento da comunidade e a melhoria da qualidade de vida. As organizações não devem preocupar-se apenas com a obtenção de lucros, devem cumprir as leis e tomar decisões que sejam eticamente correctas de forma a obterem a vantagem competitiva. Com a globalização as empresas passaram a operar em vários mercados competitivos, em que o meio ambiente passou a ser uma variável importante devido as exigências dos consumidores, colaboradores e dos próprios Estados, que passaram a estar preocupados com a melhoria da qualidade de vida. Assim, as empresas começaram a seguir estratégias de preservação do meio ambiente de forma a minimizar os impactos ambientais e continuando competitivas.

A responsabilidade social deve estar patente na estratégia da empresa, reflectindo eticamente nos desafios económicos, sociais e ambientais da organização, otimizando as oportunidades de negócios, pois, pode contribuir para diminuição dos custos de produção levando ao aumento do valor da organização no mercado.

A diminuição dos custos de produção ocorre quando for identificada e corrigida falhas no processo de produção e a ineficiência na alocação dos recursos, isso porque a empresa passa a ter atitudes responsáveis com por exemplo melhoria da segurança do trabalho, diminuição do consumo de energia, água e bens consumíveis, reaproveitamento e reciclagem de materiais.

Para Rocha (2010, p.275), as empresas e os seus administradores, quando trabalham de forma socialmente responsável respeitam determinados princípios éticos que podem ser:

- *“A redução, tanto quanto possível, dos danos ecológicos e ambientais e a contribuição para a preservação do ambiente e da biodiversidade;*
- *O tratamento de resíduos tóxicos, potencialmente perigosos para a sociedade;*
- *A criação de políticas de contratação e de promoção não discriminatórias;*
- *A criação de serviços de assistência a dependentes;*
- *O apoio a programas de acção social e a causas de caridade;*

- *O fornecimento de compensações justas equitativas e a vontade de evitar o emprego precário;*
- *Recusa em negociar com países que não respeitam os direitos humanos, etc.*

Actualmente, existe uma certificação de responsabilidade social pela norma internacional *Social Accountability 8000 - SA8000*<sup>5</sup>, que pode ser solicitada por qualquer entidade, desde que cumpre os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que serviu de suporte para a sua criação.

A entidade que for certificada pela SA 8000 terá vários benefícios, entre as quais, o aumento da eficiência, da produtividade e dos lucros, a redução do desperdício, reconhecimento nacional e internacional, etc.

A responsabilidade social das empresas ocorre em duas dimensões distintas: a humana e a externa.

Na dimensão humana, a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança, a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais são considerados aspectos socialmente responsáveis.

Na dimensão externa, a responsabilidade social engloba para além dos trabalhadores e accionistas, as comunidades locais, direitos humanos, preocupações ambientais globais, parceiros comerciais, fornecedores e clientes.

Para Rocha (2010, p.279) são vários os factores que motivam as empresas a serem socialmente responsáveis:

- *“Novas preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas e investidores num contexto de globalização e de mutação industrial em larga escala;*
- *Critérios sociais que possuem uma influência crescente sobre as decisões individuais ou institucionais de investimento, tanto na qualidade de consumidores como de investidores;*
- *A preocupação crescente face aos danos provocados no meio ambiente pelas actividades económicas;*

---

<sup>5</sup> **SA 8000:** é uma norma internacional que pretende melhorar as condições globais de trabalho. Esta norma aplica-se ao trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança ocupacional, adequação do horário de trabalho, a discriminação etc.

- *A transferência gerada nas actividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e comunicação.”*

Actualmente, a responsabilidade social das entidades deixou de ser uma opção tornando-se uma necessidade, pois, a degradação ambiental coloca em risco os resultados económicos.

### **1.5- Vantagens e limitações da Contabilidade Ambiental**

Os recursos naturais quando são utilizados de forma irresponsável para produção de bens e serviços, para além de provocar danos ambientais, tendem a gerar repúdio por parte dos consumidores e sociedade em geral para com a entidade.

A gestão ambiental não deve ser vista como “um custo a mais”, mas sim como uma grande oportunidade para a entidade em demonstrar a sua responsabilidade ambiental e social, melhorando a sua imagem, conseqüentemente, merecer melhor aceitação pela sociedade em geral. Este facto reflectira, certamente nos rendimentos a médio e longo prazo.

Neste contexto, pode dizer-se que a contabilidade ambiental traz um conjunto de vantagens para a entidade, tanto ao nível interno como externo.

Para Eugénio (2011, p.6) as vantagens da contabilidade ambiental são as seguintes:

- *“Dar resposta a novas necessidades de controlo contabilístico;*
- *Tornar o relato financeiro mais útil aos respectivos utilizadores e constituir um elemento adicional da demonstração de desempenho;*
- *Melhorar o planeamento e controlo das actividades de gestão ambiental da empresa;*
- *Potenciar a racionalização de gastos;*
- *Estimular novas perspectivas sobre o processo produtivo;*
- *Permitir a correcta determinação de gastos de produção e preços de comercialização;*
- *Trazer o ambiente para dentro do processo de gestão;*

- *Facilitar a recolha e apresentação de elementos necessários ao cumprimento de obrigações tais como:*

- *Documentos de prestação de contas destinados ao mercado nacional;*
- *Documentos de prestação de contas destinados ao mercado internacional;*
- *Informação solicitada por autoridades estatísticas;*
- *Informação solicitada por entidades reguladoras;*
- *Outras”.*

Na teoria, a implementação de um sistema de contabilidade ambiental numa organização parece ser fácil, mas na prática depara-se com várias limitações que dificultam esse processo. A principal limitação é a separação das informações de natureza ambiental das informações gerais da entidade, e ainda a classificação e avaliação adequada dessas informações.

De acordo Bergamini Júnior (1999, p.4) *apud* Santos (2001,p.92) pode-se enumerar outras limitações no processo de implementação da contabilidade ambiental que são:

- *“Ausência de definição clara de custos ambientais;*
- *Dificuldade em calcular um passivo ambiental efectivo;*
- *Problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;*
- *Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “activos de vida longa”, como por exemplo no caso de uma usina<sup>6</sup> nuclear;*
- *Reduzida transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus activos próprios.”*

## **1.6- Normativo contabilístico sobre matérias ambientais**

A legislação ambiental, ao longo dos anos, em busca de um desenvolvimento sustentável, foi-se modificando tornando-se cada vez mais rígida, impondo as organizações a responsabilidade perante as actividades nocivas ao meio ambiente.

---

<sup>6</sup>Usina: significa Central Eléctrica

Perante isso, a contabilidade teve que acompanhar essas mudanças, uma vez que os *stakeholders*<sup>7</sup> passaram a exigir atitudes responsáveis para com o ambiente.

Deste modo, as matérias ambientais passaram a ser relatadas nos sistemas de gestão e na contabilidade. Apesar disso, mesmo a nível mundial, o relato financeiro sobre matérias ambientais é pouco utilizado pelas empresas.

A problemática ambiental, a partir dos anos 70, começou a ser discutida nos meios académicos e nas ONG. Face ao crescente aumento dos problemas ambientais a sociedade começou a tomar consciência dos prejuízos que a má utilização dos recursos naturais podia trazer para o planeta. Assim, as informações ambientais passaram a ser divulgadas pela contabilidade, de forma a prevenir e reverter danos ambientais que as actividades das empresas possam trazer para o meio ambiente

Securities Exchange Commission (SEC) e Financial Accounting Standards Board (FASB) foram as primeiras instituições a contribuírem com o normativo relativo as questões ambientais com publicação da legislação Superfund<sup>8</sup>.

Não existe nenhuma Norma Internacional de Contabilidade (NIC/NIRF) que trata exclusivamente das matérias ambientais. Segundo a IASB<sup>9</sup> as questões ambientais não são qualitativamente diferentes e podem ser incluídas em outras normas genéricas. Assim, este organismo publicou diversas normas nas quais estabeleceu disposições e princípios contabilísticos aplicáveis ao tratamento das matérias ambientais. Dentre as NIC as que fazem referências ao relato contabilístico das matérias ambientais são:

- NIC 1 – “Apresentação de Demonstrações Financeiras”- No parágrafo 9 faz referência à elaboração de um relatório ambiental, fora das demonstrações financeiras, onde entidade explicará as alterações no ambiente e como responderá essas alterações.
- NIC 16 – “Activos Fixos Tangíveis”- O parágrafo 11 cita que um activo fixo tangível pode ser adquirido por motivos de segurança ou por imposições ambientais.
- NIC 36 – “Imparidade de Activos” - perdas de valor devido as questões ambientais.

O parágrafo 78 faz referência a reposição paisagística na exploração de uma mina.

---

<sup>7</sup>*Stakeholders*: são os accionistas, os clientes, os fornecedores, o estado, os trabalhadores e o público em geral

<sup>8</sup>**Legislação Superfund**: legislação específica com objectivo de recuperar as lixeiras de resíduos sólidos nos EUA

<sup>9</sup>**IASB**: organismo independente do sector privado fundado em 29 de Junho de 1973 com objectivo de criar e aprovar as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

- NIC 37 –“ Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes”- No apêndice C são tratadas as provisões para custos ambientais, com objectivo de explicar a sua aplicação de modo a clarificar o seu sentido. Segundo IASB os critérios de reconhecimento das provisões ambientais são importantes no que concerne a evolução da regulação e dos compromissos da empresa.
- NIC 38 – “Activos Intangíveis” – prescreve o tratamento contabilístico dos activos intangíveis com relevância específica para as questões ambientais, mas concretamente os direitos de emissão de GEE.

Em Cabo Verde as matérias ambientais encontram-se legisladas pelas seguintes leis:

- Lei nº 86/IV/93, de 26 de Junho que define as bases da política ambiental.
- Decreto – Legislativo nº 14/97, de 1 de Julho: desenvolve normas regulamentares das situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente.
- Decreto – Lei nº 29/2006, de 6 de Março: estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos ambientais.
- DL nº 31/2003, de 1 de Setembro: estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos para protecção do meio ambiente e saúde pública.
- DL nº 7/2004, de 23 de Fevereiro: estabelece as normas de descarga de águas residuais.

Com relação ao Sistema de Normalização Contabilística, Cabo Verde optou pela convergência com as normas emitidas pela IASB.

Em relação as matérias ambientais, devido a ausência da normalização contabilística sobre esta matéria, adoptaram a NCRF 26 portuguesa que foi incluída no anexo II do DL nº 5/2008, de 4 de Fevereiro.

A NCRF26 - Matérias Ambientais tem por base a recomendação da Comissão Europeia de 30 de Maio de 2001 relativo ao reconhecimento, mensuração e divulgação de matérias ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades.

Os objectivos desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro são as seguintes:

- 1- Prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos activos com eles relacionados, resultantes de transacções e acontecimentos que afectem, ou sejam susceptíveis de afectar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada.*
- 2- Identificar o tipo de informação ambiental que é apropriado divulgar, relativamente à atitude da entidade face às matérias ambientais e ao comportamento ambiental da entidade, na medida em que possam ter consequências para a sua posição financeira.*

Em relação ao âmbito a NCRF 26 aplica-se às informações aprestar nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão das entidades no que diz respeito a matérias ambientais, devendo os critérios de reconhecimento e mensuração serem aplicados de forma consistentes a todas as entidades que sejam objecto de consolidação.

Porém, esta norma não se aplica a relatórios com fins específicos, como por exemplo os relatórios ambientais, de sustentabilidade ou outros, excepto quando se considere adequado articular as demonstrações financeiras e os relatórios de gestão com os relatórios ambientais separados com vista a assegurar a coerência das informações neles contidos.

Esta norma apresenta um conjunto de termos com significados de carácter genérico e específico, formas de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.

Os passivos ambientais<sup>10</sup> e os activos ambientais<sup>11</sup> devem ser reconhecidos quando for efectuado uma estimativa fiável. Quando a estimativa não for fiável deve-se apenas divulgar as informações.

O reconhecimento dos passivos ambientais deve ocorrer quando existir uma obrigação presente de carácter ambiental de natureza legal<sup>12</sup> ou construtiva<sup>13</sup>, provenientes de um acontecimento passado.

---

<sup>10</sup> **Passivo ambiental:** obrigação ambiental presente da entidade resultante dos impactos ambientais, preservação e protecção do ambiente.

<sup>11</sup> **Activo ambiental:** recurso ambiental adquirido pela entidade com objectivo de controlo, preservação e recuperação ambiental.

<sup>12</sup> **Obrigação legal ou contratual:** resulta de uma obrigação fixada por lei ou contrato para evitar, reduzir ou reparar danos ambientais.

<sup>13</sup> **Obrigação construtiva:** resulta da própria actuação da entidade, quando esta se tiver comprometido a reduzir ou reparar danos ambientais em virtude de, ou em consequência de, declarações públicas sobre a sua estratégia ou as suas intenções, ou de um padrão de comportamento por ela estabelecido no passado, a entidade tiver dado a entender a terceiros que aceita a responsabilidade de evitar, reduzir ou reparar os danos ambientais.

A mensuração dos passivos ambientais deve ser pela melhor estimativa, em função da natureza, tempestividade e probabilidade de ocorrência de liquidações futuras. Por serem estimativas, devem ser revistas em cada período de relato.

Os dispêndios de carácter ambiental, por regra, são reconhecidos como gastos do período e a sua capitalização só ocorrerá se forem satisfeitas as condições de reconhecimento como activo<sup>14</sup>.

Os dispêndios relacionados com o restauro de locais, remoção dos desperdícios acumulados, paragem ou remoção de activos, em que a entidade seja obrigada a incorrer, deverão ser reconhecidos na data de início da actividade da empresa.

A apresentação e divulgação das matérias ambientais são feitas no relatório de gestão e no anexo das demonstrações financeiras, desde que as informações sejam materialmente relevantes para avaliação do desempenho ou da posição financeira da entidade.

## **1.7- Organizações/ Entidades ambientais**

Os políticos, gestores, entidades públicas e privadas e a sociedade em geral estão cada vez mais preocupados com a problemática ambiental. Assim, surgiram as organizações que regulamentam as questões de preservação ambiental e avaliam até que ponto as directrizes são adoptadas e cumpridas pelas entidades.

### **1.7.1- GRI- *Global Reporting Initiative***

É uma organização não-governamental sem fins lucrativos constituída por um conjunto de *stakeholders*, fundada em 1997 nos EUA na cidade de Boston, numa iniciativa de cariz internacional em que participaram a ONG *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e PNUMA, onde elaboraram um conjunto de princípios e indicadores para serem aplicadas pelas entidades preocupadas com o desenvolvimento sustentável, com objectivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade.

---

<sup>14</sup>**Reconhecimento de Activo:** um activo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o activo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

A visão da GRI é “uma economia global sustentável onde organizações podem medir seus desempenhos e impactos económicos, ambientais, sociais bem como os relacionados à governança, de uma maneira responsável e transparente”.

A GRI tem como missão “fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações”.

Com a globalização as organizações estão cada vez mais preocupadas em produzir relatórios de sustentabilidade que sejam transparentes para que a sua credibilidade e reputação junto aos investidores, clientes e comunidade em geral seja melhorada.

O objectivo da elaboração de relatórios de sustentabilidade é atingir o desenvolvimento sustentável tendo em conta a medição, divulgação e prestação das contas, aos diversos interessados da informação, sobre o desempenho das organizações.

Os relatórios de sustentabilidade podem ser utilizados para avaliar o desempenho de sustentabilidade relativo a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias, demonstrar como a organização pode influenciar e ser influenciada pela prática do desenvolvimento sustentável e comparar o desempenho de uma organização em relação a outras, ao longo do tempo

Os relatórios de sustentabilidade divulgam resultados e consequências, geradas dos compromissos, das estratégias e das abordagens da gestão adoptadas pelas entidades, ocorridas durante o período do relato.

### **1.7.2 - WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development***

WBCSD é uma organização empresarial internacional fundada em 1992 na sequência da Cimeira do Rio 92, actuando na área de desenvolvimento sustentável. É também designada por Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível internacional WBCSD é uma das organizações mais credíveis em termos da defesa de sustentabilidade. Desenvolve um conjunto de ferramentas, metodologias e manuais com a finalidade de auxiliar as empresas membros a tornarem-se eficientes nos

seus negócios, orientando-os para a preservação ambiental, consciencializando-os para o desenvolvimento sustentável.

A WBCSD tem como visão duplicar, até 2050, a produção agrícola e decuplicar a eficiência na gestão dos recursos para responder ao crescimento demográfico e ainda a reduzir drasticamente as emissões, conservar a água e minimizar os resíduos para proteger o nosso frágil ecossistema.

Em Portugal a WBCSD é representada pela BCSD, fundada em Outubro de 2001, assume compromissos com os seus membros nos temas relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Cabo Verde não possui nenhuma representação da WBCSD.

## **2- A LEGISLAÇÃO NACIONAL RELATIVA A QUESTÕES AMBIENTAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### **2.1 – Entidades com Responsabilidade Ambiental em Cabo Verde**

Em Cabo Verde no ano de 1995, foi criada a primeira instituição com responsabilidade ambiental que foi designada de Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), e que se encontrava sob a tutela do Gabinete do Primeiro Ministro e mais tarde do Ministério da Defesa e Ambiente.

Em 2002 SEPA foi extinto e surgiu a Direcção Geral do Ambiente (DGA). Actualmente, o quadro institucional desenvolve-se a partir de uma estrutura interministerial constituída pelos seguintes:

- Conselho de Ministros especializado para o Ambiente e Ordenamento do Território que agrega os ministérios da tutela dos sectores Ambiente, da Agricultura, das Pescas, das Infra-estruturas, das Relações Exteriores, da Energia e da Indústria.
- Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território que por sua vez preside o Conselho Nacional do Ambiente.

A Direcção Geral do Ambiente é a autoridade ambiental que coordena os sistemas transversais que tem impacto na sustentabilidade.

O ministro do Ambiente, Agricultura e Pescas exerce os poderes de superintendência sobre os seguintes institutos:

- a) Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas (INERF);
- b) Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH);
- c) Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA);
- d) Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG).

O Conselho Nacional do Ambiente e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, são órgãos de natureza consultiva, que têm por objectivo garantir a articulação das políticas

ambientais, pescas e segurança alimentar, auxiliando as entidades e organizações públicas ou privadas nacionais que directa ou indirectamente intervém nessas matérias.

## **2.2 – Aspectos Relevantes da Legislação Nacional**

A Constituição da República de Cabo Verde no seu artigo nº 72 trata do Direito ao Ambiente, segundo o qual:

- 1- *“Todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar.*
- 2- *Para garantir o direito ao ambiente, incumbe aos poderes públicos:*
  - a) *Elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica;*
  - b) *Promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca.”*

Ainda, a Constituição da República de Cabo Verde determina, em relação aos princípios de organização económica, que todas as actividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente.

Entretanto, apenas na década de 1990 após a Cimeira da Eco 92, que se deu início ao processo de formulação do quadro legal para o sector ambiental com criação da Lei nº 89/IV/93 que define as bases da política do ambiente e, posteriormente com o Decreto-Legislativo nº 14/97 que desenvolve normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente.

A regulamentação da maioria das matérias ambientais ocorreu na primeira década do segundo milénio. Podemos destacar as seguintes:

- Lei n.º 102/III/90, de 29 de Dezembro que estabelece as bases do património cultural e natural.

- Decreto-Lei n.º 22/98, de 25 de Maio que aprova as normas mínimas relativas aos estabelecimentos de funcionamento nocturno de diversão.
- Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, na faixa costeira e no mar territorial.
- Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas.
- Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de Março que define o Sistema nacional de protecção do ar.
- Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de Março que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras.
- Decreto-Lei n.º 31/2003, de 1 de Setembro que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação dos resíduos para a protecção do meio ambiente e saúde pública.
- Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro que estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia.
- Decreto-Lei n.º 7/2004, de 23 de Fevereiro que estabelece as normas de descarga de águas residuais.
- Decreto-lei n.º 81/2005 de 5 de Dezembro que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico.
- Lei n.º 76/VII/2010 de 23 de Agosto cria a taxa ecológica que incide sobre embalagens não biodegradáveis de metal, de vidro ou de matéria plástica sintética ou artificial.
- Resolução n.º 10/2014 de 14 de Fevereiro de 2014 aprova o plano nacional de educação ambiental (PNEA)

### **3- A HARMONIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA RELACIONADA COM MATÉRIAS AMBIENTAIS**

#### **3.1 – A harmonização contabilística internacional e as matérias ambientais**

A harmonização contabilística nasceu da necessidade da criação de uma linguagem universal para a Contabilidade de forma que a informação financeira seja preparada de acordo com características qualitativas e pressupostos comuns a todos os países. Tem por objectivo garantir a comparabilidade entre os vários relatos financeiros de modo que os investidores consigam avaliar uma empresa independentemente da sua localização geográfica. Cria padrões de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação comuns a todos os países.

A harmonização contabilística traz vantagens a todos os utentes da informação financeira, devido ao aumento na comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras dos diferentes países, reduzindo a ambiguidade na interpretação da informação financeira melhorando as relações empresariais.

Se uma entidade relatar para as mesmas transacções resultados diferentes a credibilidade dessa informação é posta em causa.

A consciencialização dos problemas ambientais fez com as entidades mudassem de atitude em relação ao ambiente. A contabilidade teve de acompanhar essas mudanças, uma vez que os *stakeholders* passaram a exigir as entidades atitudes ambientalmente responsáveis. Assim as entidades passaram a implementar normas contabilísticas e de relato financeiro que inclui os eventos ambientais.

A legislação ambiental torna-se cada vez mais rigorosa, impondo às entidades a responsabilização pelas acções que sejam incompatíveis com a preservação do meio ambiente.

As entidades podem divulgar as informações ambientais através de relatórios ambientais autónomos ou pela introdução dessa informação nas contas. As informações ambientais divulgadas devem ser objectivas, retractando fiavelmente a imagem da entidade.

## **3.2 – A Normalização Contabilística Nacional**

A normalização contabilística em Cabo Verde teve início a 30 de Janeiro de 1984 com a entrada em vigor do DL n° 4/84 que instituiu o Plano Nacional de Contabilidade (PNC).

Com a globalização e a necessidade de tomada de decisões em tempo oportuno, as informações financeiras tem de ser preparadas de forma a serem comparáveis, fiáveis e relevantes para a entidade não correr riscos.

Cabo Verde para continuar o seu desenvolvimento teve que acompanhar as mudanças ocorridas ao nível mundial adoptando-se os princípios internacionais. Desde modo, a 4 de Fevereiro de 2008 PNC foi derogado com a entrada em vigor do DL n° 5/2008 que instituiu o novo normativo contabilístico denominado Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), que vai de acordo com as normas e princípios contabilísticas publicadas pela IASB.

### **3.2.1 – O período PNC e as matérias ambientais**

O PNC não fazia referência a qualquer questão de natureza ambiental.

### **3.2.2 – O período SNCRF e as matérias ambientais**

No SNCRF não existe nenhuma norma específica relativa as matérias ambientais, mas existe a preocupação na contabilização de matérias de ambientais como os casos das provisões de matérias ambientais, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos previstos no plano de contas.

Apesar das deficiências, muitas entidades nos seus relatórios de contas anuais divulgam questões referentes a matérias ambientais, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e qualidade.

### **3.3 – O recurso a normas internacionais para o tratamento de questões de natureza ambiental**

Em Cabo Verde devido a ausência de NRF relacionadas com as matérias ambientais recorreu-se a norma portuguesa NCRF 26 – Matérias Ambientais, complementada por algumas referências a matérias ambientais que constam das normas internacionais NIC 1, 16, 36, 37 e 38, que estabelecem princípios contabilísticos aplicáveis ao tratamento de questões de natureza ambiental.

## **4- ESTUDO DO CASO FRESCOMAR, SA**

### **4.1 – Metodologia específica para o estudo do caso**

A metodologia utilizada na realização do estudo do caso baseou-se na pesquisa descritiva. Visitamos a empresa para conhecer o negócio, o processo produtivo e outras realidades internas que nos permitisse identificar etapas (ou tarefas) produtoras de diferentes tipos de resíduos e ocorrências com impacto a nível ambiental.

Realizamos entrevistas não estruturadas (perguntas abertas) alguns aos dirigentes locais da empresa.

Analisamos ainda as informações contabilísticas (DF e outras) da empresa relativas aos anos de 2011,2012 e 2013 (este último de forma parcial) o que nos permitiu identificar gastos de natureza ambiental pese embora estes não serem alvo de tratamento contabilístico específico na empresa.

Com auxílio da pesquisa bibliográfica identificamos de activos, passivos, rendimentos e gastos ambientais da empresa.

### **4.2 – Apresentação da empresa**

A Frescomar SA tem a sua sede social em São Vicente – Cabo Verde e as suas instalações fabris localizam-se na zona do Lazareto, periferia da cidade do Mindelo. Fundada em 21.10.1996 com um capital social de 5.000.000\$00 e 25 trabalhadores, iniciou a sua actividade de transformação de pescado em conservas em 14.02.2000 para clientes residentes em Portugal e Itália. Nesse mesmo ano foi decretado o embargo dos produtos de pescas de Cabo Verde para a União Europeia, deixando a empresa de poder exportar, iniciando os problemas na sua estrutura financeira.

A empresa encontra-se registada na secção comercial da Conservatória dos Registos de São Vicente, sob o nº 455/960996. Inicialmente era uma sociedade por quotas e mediante decisão da Assembleia Geral (AG) podia criar delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro. O capital social era distribuído por duas quotas, sendo uma no valor de 4.500.000\$00 pertencente a Planitrade Lda e outra no valor de 500.000\$00 pertencente aos Srs Carlos

Lopes, Rui Cunha e Orlando Spencer, cabendo a gerência ao sócio maioritário. Tinha como objecto social a importação e comercialização de artigos de comércio geral, a comercialização e exportação de pescado fresco ou congelado de qualquer tipo, captura de pescado e outros produtos do mar, a produção, comercialização e exportação de conservas do mar, a produção comercialização e exportação de conservas, podendo ainda importar equipamentos e outros artigos necessários à realização do seu objecto, bem como tudo o mais que for decidido pela sociedade.

Em 1998 e por decisão da Assembleia-Geral a empresa foi transformada numa sociedade anónima com a designação de Frescomar, Sarl. Com estatuto de empresa franca passa a ter o seguinte objecto social: *transformação e conserva de produtos do mar, sua comercialização, importação e exportação, bem como de todo o tipo de fresco e congelado e de bens de equipamento e materiais necessários à realização do seu objecto e o que mais for decidido pela sociedade.*

Neste processo de transformação o capital social é aumentado para vinte milhões de escudos, dividido em 20 mil acções com valor nominal de mil escudos.

A sociedade fez sucessivos aumentos do capital social, resumido da seguinte forma:

- Em 12/09/97 o capital social aumentou para quarenta milhões de escudos, dividido em 40 mil acções com valor nominal de mil escudos;
- Ocorreu mais um aumento de capital em quarenta milhões de escudos, passando o capital social a ser de oitenta milhões de escudos, representado por oitenta mil acções com valor nominal de mil escudos;
- Em 13 de Maio de 2002, ocorreu um novo aumento de capital social e este passou para cento e vinte milhões de escudos, representado por cento e vinte mil acções com valor nominal de mil escudos;
- Em 2002 o capital social sofreu um novo aumento passando para duzentos milhões de escudos. Nesta data regista-se a entrada do ESTADO DE CABO VERDE que subscreveu 50% do capital por via da sociedade de capital de risco – A PROMOTORA. O restante capital é repartido pela PLANITRADE, LDA (empresa portuguesa) e outros accionistas nacionais com pequenos montantes de capital.

- Em 09 de Maio de 2008 pela deliberação da AG o capital social é reduzido para cem milhões de escudos como forma de sanear a empresa e eliminar a situação de falência técnica evidenciada na altura.
- Na mesma altura o capital é aumentado para duzentos e sessenta e cinco milhões de escudos iniciando um ciclo de mudanças profundas na sociedade caracterizado essencialmente pela entrada de um accionista espanhol, hoje detentor de mais de 90% do capital e a saída do Estado de Cabo Verde.
- Em 07 de Maio de AG deliberou o aumento do capital social para quinhentos e trinta milhões de escudos;
- Em 15 de Abril de 2010 a AG deliberou um novo aumento passando o capital social para um bilhão e sessenta milhões de escudos.
- Esta reformatação do corpo accionista e um forte investimento posteriormente efectuado relança definitivamente a empresa sendo hoje considerada um dos mais bem-sucedidos investimentos externos em Cabo Verde gerando mais de 900 empregos directos e responsável por uma boa fatia das exportações (cerca de 43,3% em 2012) Caboverdiana.

Os órgãos sociais da **FRESCOMAR, SA**, foram definidos, como sendo a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, nomeado qualquer deles pelo período de 3 anos, sendo permitido a reeleição. O artigo 3º do capítulo VI dos Estatutos manda a AG deliberar que a fiscalização da sociedade seja cometida a um Fiscal Único, devendo também, nesse caso, ser designado o respectivo suplente.

Os órgãos sociais da Frescomar foram nomeados na AG de 26 de Novembro de 2011, por um mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos.

A empresa possui uma área coberta de 11.321 m<sup>2</sup> dos quais 3.000 m<sup>2</sup> são arrendados e os restantes 8.321 m<sup>2</sup> são propriedade própria, com a seguinte distribuição: produção 4.238 m<sup>2</sup>, câmaras frigoríficas 982 m<sup>2</sup>, armazéns 4.511 m<sup>2</sup>, técnica/ manutenção 307 m<sup>2</sup>, serviço pessoal 1.023 m<sup>2</sup> e escritórios 260 m<sup>2</sup>.

A empresa dispõe de vários certificados que lhe permite exportar para diversos destinos (Europa, América África, etc.). A direcção da empresa está convencida de que este

elemento lhe permitirá criar outros destinos comerciais desamarrando assim da ligação (actualmente forte) com a empresa mãe, sediada em Espanha.

Em termos de produção a empresa produziu em 2012 cerca de 36.2 milhões de latas de conserva (41 milhões em 2011).

Em termos de investimentos directos a empresa investiu cerca de 1,9 milhões de euros em 2012.

Em termos numéricos a empresa pode ser assim representada:

#### Quadro 1- Balanço Resumido Comparado de 2010, 2011 e 2012

Rubricas	Data de Referência		
	2010	2011	2012
Activo não corrente	876.289.816,00	903.265.584,00	936.457.564,00
Activo corrente	1.234.375.167,00	982.044.869,00	1.070.372.982,00
<b>Total Activo</b>	<b>2.110.664.983,00</b>	<b>1.885.310.453,00</b>	<b>2.006.830.546,00</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>931.251.774,00</b>	<b>957.808.341,00</b>	<b>982.059.672,00</b>
Passivo não corrente	12.871.641,00	12.493.716,00	26.507.421,00
Passivo corrente	1.166.541.568,00	915.008.396,00	998.263.453,00
<b>Total Passivo</b>	<b>1.179.413.209,00</b>	<b>927.502.112,00</b>	<b>1.024.770.874,00</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	<b>2.110.664.983,00</b>	<b>1.885.310.453,00</b>	<b>2.006.830.546,00</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras da Frescomar

#### Quadro 2 - Demonstração de Resultados Resumido dos anos 2010, 2011 e 2012

Rubricas	Data de Referência		
	2010	2011	2012
Vendas	1.688.303.079,00	2.538.231,00	2.276.602.786,00
Resultado Operacional Bruto	440.095.167,00	557.903.782,00	647.103.866,00
Valor Acrescentado Bruto	263.864.159,00	339.278.850,00	395.075.826,00
Resultado antes de deprec./ amort. / gastos/perdas finan. e impostos	121.575.954,00	131.833.340,00	146.384.382,00
Resultado Operacional	70.682.772,00	58.780.086,00	61.794.099,00
Resultado antes de imposto	37.578.828,00	26.294.418,00	24.249.702,00
Resultado líquido do período	37.578.828,00	26.294.418,00	24.249.702,00

Fonte: Demonstrações Financeiras da Frescomar

### **4.3- Os principais impactos ambientais decorrentes da exploração da empresa**

Segundo o Decreto-Lei nº 29/2006 de 6 de Março da República de Cabo Verde, o impacto ambiental *“deve ser sempre avaliado no sentido não só de garantir a diversidade das espécies e conservar as características dos ecossistemas enquanto patrimónios naturais insubstituíveis, mas também como forma de protecção da saúde humana e de promoção da qualidade de vida das comunidades”*

Deste modo, impacto ambiental pode ser caracterizado como qualquer modificação das características físicas, químicas e biológicas ocorridas no meio ambiente, resultante das actividades humanas, que ponham em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da população, num determinado período de tempo e numa determinada área.

Os principais impactos ambientais decorrentes da exploração da empresa são: mau cheiro devido a drenagem de água (infelizmente na “porta” de entrada da cidade para quem chega por via aérea), diminuição de combustíveis fósseis devido ao alto consumo de electricidade e água (que na ilha é também produzido por processo de dessalinização e conseqüentemente grande consumidora de electricidade), destruição da camada de ozono devido as emissões atmosféricas com a queima das embalagens de papel, plástico e latas danificadas, destruição do ambiente marinho derivado da pesca e extinção de espécies marinhas e restos de pescado rejeitados ao longo do processo de transformação.

### **4.4 – Os resíduos de exploração e o tratamento ao longo dos tempos**

Da actividade da empresa são produzidos resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas.

Os resíduos sólidos são: resíduos sólidos orgânicos, embalagens de papel, sobras de pescado, desperdícios (cabeça, pele, rabo, parte negra do peixe, e espinhas), resíduos de plásticos e outros vasilhames (sobretudo latas e plásticos danificadas).

Os resíduos sólidos têm o seguinte tratamento:

Os sólidos orgânicos são enviados para um depósito de água bruta, onde são misturados com a água decorrente do processo de fabrico, e terão o mesmo tratamento dos efluentes líquidos.

As embalagens de papel e resíduos de plásticos são retiradas da empresa por meio de caminhões e depositados no aterro sanitário, onde posteriormente são queimados. Parte deste material é passível de processos de reciclagem. A empresa gera 1.280kg de papelão por dia de produção.

Por dia de produção, em média, são produzidos 15.000 toneladas de desperdícios de pescado que são vendidas ao preço de 7\$00 a uma empresa local para produção de farinha de peixe (componente importante na formação de ração para animais). Com a venda dos desperdícios a empresa tem um rendimento diário de 105.000\$00.

As sobras de pescado e latas de conserva que por qualquer razão ficaram mal “cravadas” são doadas para às escolas locais e aos funcionários.

Em relação aos efluentes líquidos estes sofrem um pré tratamento no Etar da empresa e depois são enviados para a fossa da Câmara Municipal São Vicente e de seguida para o Etar Municipal.

Segundo informações recolhidas na empresa, o mau cheiro verificado nos arredores da fábrica é deve-se a inexistência um sifão na fossa da rede municipal construída pela Câmara Municipal de São Vicente.

A empresa faz o tratamento primário dos efluentes líquidos para a eliminação de partículas sólidas com diâmetro superior a 5mm, através da depuração, filtragem e centrifugação. Depois a água é armazenada num tanque com capacidade para 100 toneladas onde se forma um lodo em baixo. A água é bombeada para a fossa municipal e o lodo será recolhido para o aterro sanitário de São Vicente. Para resolver o problema de mau cheiro a empresa propôs a Câmara Municipal de São Vicente o bombeamento da água com mais frequência.

O processo diário de esterilização das conservas é feito em nove ciclos e cada ciclo utiliza 4 autoclaves. Cada equipamento utiliza 10 toneladas de água e apenas 1 tonelada é reutilizada.

### Quadro 3 – Perda diária de água no processo de esterilização

Quadro Diário de Esterilização					
	QT ÁguaTon	QT Reutilizada	QT PerdidaTon	Preço por Ton	Valor da Perda ECV
Ciclo 1	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 2	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 3	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 4	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 5	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 6	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 7	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 8	40	4	36	479,50	17.262\$00
Ciclo 9	40	4	36	479,50	17.262\$00
Total					155.358\$00

Para resolver este problema a empresa deveria desviar as instalações de esgotos das autoclaves para um depósito onde a água poderia ser tratada e reutilizada, deixando de ter um gasto diário 155.358\$00.

De acordo com pesquisas feitas podemos garantir que é possível reaproveitar esta quantidade de água submetendo-a a uma novo processo de potabilização e dessalinização transformando em água novamente adequado para consumo humano. Dada reduzida quantidade de sal (pelo menos comparada com a água do mar) estamos ainda convencidas de que os custos de produção seriam menores. Por esta razão acreditamos existir aqui mais uma possibilidade de economia de gastos que ao mesmo tempo seria benéfica para o ambiente.

#### 4.5- A Empresa e o Sistema de Informação Ambiental

Actualmente, o sistema de informação contabilístico da empresa limita-se a contabilidade geral instituída de acordo com o SNCRF e uma contabilidade de custos da produção.

O sistema de informação contabilístico disponibiliza as demonstrações financeiras previstas no normativo actual (balanço, as demonstrações de resultados por natureza, por funções, fluxos de caixa e das alterações do capital próprio e anexos). O plano de

contas não contempla contas relativas às informações financeiras de natureza ambiental para o registo contabilístico.

O sistema de informação contabilístico está preparado para fornecer as informações obrigatórias exigidas pela legislação em vigor no país. No entanto a contabilidade conjuntamente com o departamento de produção prepara também informações para a gestão mas estes no domínio da produção (custo de produção).

A determinação dos custos da produção é realizada extra-contabilisticamente pelo responsável de produção e manutenção em sintonia com o responsável financeiro.

No final de cada ano económico é elaborado um relatório de contas que integra o conjunto de demonstrações financeiras e um relatório de gestão que informa os meandros da condução do negócio e a formação dos resultados do período. Tanto quanto nos foi possível verificar estes documentos não fazem referência as questões financeiras de natureza ambiental.

Não obstante a ausência de divulgação, que em nosso entender seria desejado dado a dimensão e interação da empresa com o meio ambiente, encontramos esta preocupação presente nos responsáveis da empresa com os quais tivemos oportunidade de falar.

A empresa tem implementado o Sistema de Gestão Ambiental baseado na norma internacional ISO 14001.

A norma tem por objectivo a criação do equilíbrio entre a rendibilidade e a gestão dos impactos ambientais. É mundialmente reconhecida como um meio de controlar custos, reduzir riscos e melhorar o desempenho das organizações.

Esta norma inclui requisitos de sistemas de gestão para as empresas controlarem os seus produtos, serviços e processos, de forma a não alterarem prejudicialmente o meio ambiente e melhorarem a sua imagem.

A empresa labora com um sistema de garantia de qualidade baseado no sistema de *HACCP*, que é um sistema preventivo de controlo alimentar que identifica os perigos específicos e as medidas preventivas para o seu controlo em todas as etapas de produção, garantindo a qualidade da produção e dos produtos.

Em 29 de Setembro de 2011 a empresa foi certificada com SA 8000, com objectivo da adopção dos requisitos estipulados pela lei laboral ou seja melhorar a Responsabilidade Social Corporativa da Empresa (cumprimento de legislação laboral, prevenção de riscos, a não utilização de mão-de-obra infantil, assegurar conhecimento dos trabalhadores dos seus direitos e a interpretação da sua folha de ordenado, etc.), valorizando o património humano, respeitando a comunidade em que está inserida e melhorando continuamente as condições de trabalho promovendo valores sociais, demonstrando aos seus clientes, parceiros e a comunidade em geral que actua no mercado de forma sustentável.

#### **4.6 – Identificação de activos, passivos, rendimentos e gastos ambientais na empresa**

A empresa não tem implementado o sistema de contabilidade ambiental, assim não existe nenhum registo das matérias ambientais, logo as suas contas não fazem referência, específicas, aos activos, passivos, rendimentos e gastos ambientais.

Como activos ambientais podemos identificar os seguintes:

- Chaminé para as caldeiras;
- ETAR que faz um pré tratamento da água utilizada diariamente na empresa que é enviado posteriormente para o Etar Municipal.
- Outros devedores ambientais (Ex: A empresa OJFP Industrial Farinha de Peixes, situada em Lazareto – São Vicente).

Ao longo dos anos, a zona onde a fábrica se situa vem valorizando, tornando-se numa das zonas privilegiadas de São Vicente. No futuro, devido a este facto e o próprio crescimento do negócio que irá exigir mais espaço, pode originar necessidade de desmantelar a fábrica e transferi-la para outro local da ilha. Podemos considerar a provisão de desmantelamento da fábrica como um passivo ambiental.

Em relação ao desmantelamento da fábrica teríamos os seguintes:

#### Quadro 4- Cálculo da Provisão para o desmantelamento da fábrica

Valor = 50.000.000\$00	$Co = Cn(1+i)^{30}$
n =30 anos	$50.000.000\$00 = Cn(1+6\%)^{30}$
i=6%	Co= 8.705.507\$00
Valor actual do custo	8.705.507\$00

#### Quadro 5 – Provisão para desmantelamento da fábrica

432	Edifícios e outras construções	8.705.507\$00	
295	Provisões matérias ambientais		8.705.507\$00

Poderíamos considerar ainda os seguintes passivos ambientais:

- Pagamento de possíveis multa pelo não cumprimento da legislação ambiental em vigor.
- Outros credores ambientais (Ex: A Câmara Municipal de São Vicente).

Como gastos ambientais podemos identificar os seguintes:

- Gastos com o consumo de água e electricidade;
- Gastos associados a contratação de serviços especializados para transporte do lodo;
- Gastos de transporte dos resíduos sólidos;
- Gastos com a taxa ecológica.

Em relação aos rendimentos ambientais podemos identificar a venda dos desperdícios.

Podemos ainda falar numa “licença” para outra entidade aproveitar a água desperdiçada para a produção de água uma vez que como dissemos existe tecnologias hoje que permite potabilizar esta água a um custo menor que significa uma oportunidade de negócio a aproveitar.

#### **4.7 – Impacto económico e financeiro das matérias ambientais na empresa**

A gestão eficaz dos resíduos proporciona benefícios económicos para a empresa pois permite que os desperdícios com valor comercial sejam vendidos, representando uma fonte de rendimento para a empresa.

Logo, o resultado financeiro da transacção será calculado pela diferença entre a receita proveniente pela da venda dos resíduos e as despesas inerentes.

Importa também o benefício “imaterial” pois uma empresa amiga do ambiente é sempre bem vista e melhor aceite pela comunidade. Garantidamente a eliminação, definitiva do mau cheiro será bem aceite pela comunidade.

#### **4.8 - Principais conclusões e recomendações do estudo do caso**

Podemos concluir que a empresa necessita identificar as informações ambientais e inclui-las na sua contabilidade, pois através delas desenvolverá melhores estratégias que auxiliarão o crescimento e consequentemente o aumentando dos resultados e o do seu desempenho ambiental.

A empresa tem que (e daríamos mesmos deve) melhorar a sua pro-actividade em relação ao meio ambiente, pois está inserida num contexto em que as discussões e a evolução das questões ambientais estão em crescimento.

Propomos para a empresa as seguintes recomendações:

- Tratar as questões ambientais de forma autónoma;
- Desdobrar o quadro de contas de forma a permitir uma clara identificação dos activos, passivo, rendimentos e gastos de natureza ambiental;
- Incentivar a construção de outra unidade industrial para a reciclagem da água rejeitada no processo produtivo;
- Colocação de um suspiro na fossa séptica para evitar o mau cheiro nos arredores da fábrica;
- Incluir no seu relatório anual um capítulo exclusivamente ambiental.

## **5- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Concluimos que a preocupação das entidades com o meio ambiente vem aumentando paulatinamente, sendo que actualmente, é imprescindível terem a gestão e contabilidade ambiental integradas na sua estratégia de negócios.

Os gestores não conseguirão gerir o desenvolvimento e o crescimento da entidade sem se preocuparem com o meio ambiente, pois de acordo com princípio da continuidade a existência da entidade é infinito por isso há que cuidar e preservar o ambiente. Assim, as demonstrações financeiras fornecidas pela contabilidade devem conter informações ambientais que permitirão aos gestores uma gestão voltada para a sustentabilidade.

As entidades devem desdobrar o plano de contas criando contas específicas do ambiente, de modo que a aplicação da Contabilidade Ambiental seja eficiente e crie oportunidades de negócios, trazendo vantagens competitivas para a entidade, além de atenuar os danos do processo produtivo no meio ambiente. Só assim, a entidade conseguirá apresentar as contas demonstrando uma imagem verdadeira e apropriada do desempenho e da posição financeira.

Para a entidade conseguir controlar os resíduos tem que conhecer bem o processo produtivo, conseguir quantificar os consumos, de modo a identificar, registar e mensurar os impactos ambientais decorrentes da actividade.

Devido a pressão internacional, a legislação ambiental Caboverdiana está evoluindo tornando-se mais rigorosa e impondo aos infractores severas sanções. Desde modo, a Frescomar Sa devia adoptar a contabilidade ambiental de forma a evitar impactos financeiros que podem ser causados passivos ambientais.

Em relação aos passivos ambientais existem muitas dúvidas em relação a sua mensuração. Assim sugerimos este tema para futuros trabalhos académicos.

Recomendamos que as entidades cuidem do ambiente evitando acções que possam agredi-la e prejudicá-la adoptando um Sistema Gestão Ambiental, a obtenção de certificações e a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

## **6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **LIVROS**

ALMEIDA, Maria do Céu; DE ALBUQUERQUE, Fábio (2009) – A adopção pela primeira vez do novo normativo (SNC) – Anexo”, 1ª Edição, Chaves Ferreira – Publicações, S.A.

ALMEIDA, Rui M.P (2009) – “ Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro de Cabo Verde”, Editora ATF, Edições Técnicas.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro – “Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem”, Universidade Aberta.

DA CRUZ, Carlos (2009) – “Gestão Ambiental: Sintonizar ambiente e estratégia para o negócio, Editora Grupo Editorial Vida Económica.

EUGÉNIO, Teresa (2011) – “ Contabilidade Ambiental”, 1ª Edição, Verlag Dashofer.

GOMES, João; PIRES, Jorge (2011) – “Sistema de Normalização Teoria e Prática”, 4ª Edição, Editora Vida Económica

GONÇALVES Cristina; CARREIA Francisco (2012) -“Comportamento Ético e o Profissional de Contabilidade”, Áreas Editora, SA.

OLIVEIRA, J.F (2005) – “Gestão Ambiental”, Lidel – Edições Técnicas, Lda.

ROCHA, António (2010) – “ Ética, Deontologia e Responsabilidade Social”, Grupo Editorial Vida Económica.

RODRIGUES, João (2011) – “ Sistema de Normalização Contabilística Explicado”, 2ª Edição, Porto Editora.

SERRA, Carlos (2012) – “Da Problemática Ambiental à Mudança Rumo a um Mundo Melhor”, 1ª edição, Escolar Editora, Lisboa.

## SITES

*Contabilidade Ambiental: Estudo de Caso Aplicado á Industria de Portas e Janelas de Madeira.* Obtido em 22 de Fevereiro de 2014 as 19 horas e 55 minutos de <http://www.spell.org.br/documentos/download/26187>

*A importância da contabilidade no processo de gestão ambiental de uma empresa do setor moveleiro: estudo de caso utilizando o SICOGEA.* Obtido em 09 de Outubro de 2013 às 9 horas e 12 minutos de [www.nemac.ufsc.br/visualizar/silvab.pdf](http://www.nemac.ufsc.br/visualizar/silvab.pdf).

*Contabilidade ambiental e o comprometimento das organizações com a responsabilidade ambiental.* Obtido em 15 de Dezembro de 2013 às 15 horas e 45 minutos de [www.revistaespacios.com/a12v33n12/12331206.html](http://www.revistaespacios.com/a12v33n12/12331206.html)

*Importância e Aplicabilidade da Contabilidade da Contabilidade Ambiental em Empresas do Estado: Caso PW Brasil Export.* Obtido em 28 de Novembro de 2013 às 16 horas e 25 minutos de [www.fucape.br/premio\\_excelencia/academica/upld/./Renato\\_auler.pdf](http://www.fucape.br/premio_excelencia/academica/upld/./Renato_auler.pdf),

*Vantagens competitivas da Gestão Ambiental.* Obtido em 23 de Janeiro de 2014 às 17 horas e 18 minutos de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27200/000763781.pdf?>